

CONCURSO PÚBLICO

Com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A AVALIAÇÃO INTERCALAR DE IMPLEMENTAÇÃO DO ROTEIRO PARA A CAPACITAÇÃO DO ECOSISTEMA DOS FUNDOS DA POLÍTICA DE COESÃO PARA O PERÍODO 2021-2027

CADERNO DE ENCARGOS

(Processo n.º R/058/2025)

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, que tem por objeto a aquisição de serviços para realização da *avaliação intercalar da Implementação do Roteiro para a Capacitação do Ecossistema dos Fundos da Política de Coesão para o período 2021-2027*, de acordo com as cláusulas técnicas constantes na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Partes Contratantes

1. As partes contratantes são:
 - a) A Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., enquanto entidade adjudicante/ contraente público que presta apoio logístico e administrativo à Autoridade de Gestão do Programa Assistência Técnica 2030 (AG PAT 2030), a que se refere o n.º 4 do Mapa V do Anexo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, de 10 de fevereiro de 2023;
 - b) O adjudicatário, enquanto cocontratante.
2. As partes far-se-ão representar na assinatura do contrato pelos seus representantes legais ou pessoas mandatadas para o efeito.

Cláusula 3.ª

Prevalência

1. O presente caderno de encargos contempla as cláusulas a incluir no contrato que se pretende celebrar.
2. O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos

- concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A Proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.
3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do n.º 2 e o clausulado contratual e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos pelo contraente público, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP, e aceites pelo Cocontratante, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código.

Cláusula 4.ª

Poder de conformação do contraente público

- 1. Sem prejuízo da autonomia técnica e científica do Cocontratante, dentro dos limites do Caderno de Encargos e da Proposta adjudicada, o Cocontratante aceita expressamente os poderes do contraente público, nos termos dos artigos 302.º e seguintes do CCP e demais legislação em vigor, de definição e conformação dos serviços a prestar, com vista a atingir os objetivos globais do estudo a implementar.
- 2. O poder de conformação a que se refere o número anterior não prejudica nem diminui os deveres do Cocontratante de afetação dos recursos e desenvolvimento dos serviços, devendo encetar todos os esforços para atingir os objetivos do Contrato.

Cláusula 5.ª

Vigência

- 1. O contrato inicia a sua vigência no primeiro dia útil seguinte ao da sua assinatura e mantém-se em vigor até à aceitação definitiva do relatório final, a qual não deve exceder o prazo previsto de 7 (sete) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar além da cessação do contrato.
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderá haver lugar à prorrogação do prazo de vigência contratual pelo período máximo de 2 (dois) meses, caso o contraente público o considere

conveniente, designadamente por se verificarem constrangimentos na obtenção de informação (dados/ indicadores ou outros) a recolher junto de terceiros.

3. No caso previsto no n.º anterior, a prorrogação da vigência do contrato será obrigatoriamente reduzida a escrito, formalizada por adenda ao contrato, sem que exista qualquer alteração ao valor global do contrato ou do objeto do contrato.

Cláusula 6.ª

Local e horário da prestação dos serviços

1. A prestação dos serviços tem lugar nas instalações do Cocontratante, sem prejuízo de, em sede de execução do contrato, as partes acordarem outro local que se mostre mais adequado à prossecução dos fins do contrato.
2. As reuniões de trabalho entre o contraente público e o cocontratante que, no âmbito da execução do estudo que constitui o objeto do contrato a celebrar, forem agendadas, terão lugar nas instalações da Agência, I.P., em Lisboa, ou via plataforma de videoconferência, quando as partes acordarem nesse sentido.
3. Sempre que no âmbito da execução do contrato seja necessária a presença de colaboradores da Agência, I.P./ AG PAT 2030, a mesma deverá ocorrer apenas em dias úteis, e, em regra, entre as 09h00 e as 18h00.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 7.ª

Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Preparar, planear e coordenar a execução de todos os trabalhos compreendidos na execução do objeto do contrato, em conformidade com as Especificações Técnicas previstas no presente Caderno de Encargos, e de acordo com a respetiva Proposta, bem como de todas

as obrigações daí decorrentes;

- b) Participar nas reuniões de análise dos produtos apresentados ou noutras reuniões de acompanhamento ou esclarecimento convocadas para o efeito pela Agência, I.P./ AG PAT 2030, com a presença obrigatória do coordenador da equipa afeta à prestação de serviços;
 - c) Designar um elemento da equipa contratada que assuma funções, junto da Agência, I.P./ AG PAT 2030, de gestor do estudo, nomeadamente para efeitos de acompanhamento dos trabalhos;
 - d) Prestar de forma correta e fidedigna todas as informações referentes às condições em que é efetuada a prestação dos serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se revelem necessários ou sejam solicitados pela Agência, I.P./ AG PAT 2030;
 - e) Comunicar à Agência, I.P./ AG PAT 2030 qualquer alteração da denominação social, dos representantes legais, dos estatutos, dos gerentes, ou outras com relevância para a prestação dos serviços, designadamente, mas não de modo exclusivo, a apresentação à insolvência;
 - f) Entregar à Agência, I.P./ AG PAT 2030, no termo do contrato, toda a documentação e desenvolvimento, relativo aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes que serão propriedade da Agência, I.P.;
 - g) Cumprir com o disposto no artigo 419.º-A do CCP, por força da norma constante do n.º 13 do artigo 42.º e n.º 2 do artigo 451.º do CCP, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro.
2. O Cocontratante fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 8.ª

Número e perfil dos colaboradores do Cocontratante

- 1. A prestação dos serviços deve ser executada por uma equipa composta, pelo menos, pelo número mínimo de elementos e perfis obrigatórios descritos nas Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos.
- 2. Compete ao Cocontratante a alocação dos diferentes membros da equipa proposta para a adequada e tempestiva execução da prestação dos serviços, constituindo o estudo uma obrigação de resultado.

Cláusula 9.ª

Substituição dos colaboradores que integram a Proposta adjudicada

1. O Cocontratante poderá substituir qualquer colaborador afeto à prestação dos serviços contratados por colaborador de nível e experiência idênticos, ou superiores, desde que o comunique à Agência, I.P./ AG PAT 2030 com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo, para o efeito, juntar os documentos necessários para comprovação dos requisitos constantes das especificações técnicas.
2. O Cocontratante deve garantir, salvo situações excepcionais, que a saída do colaborador substituído só tem lugar após o novo colaborador (substituto) estar em condições de assegurar a continuidade das atividades que o colaborador substituído estava a desenvolver.
3. Nos casos previstos nos números anteriores é da responsabilidade e encargo exclusivos do Cocontratante a prévia e necessária transmissão de conhecimento para que o novo colaborador possa dar continuidade às atividades que o colaborador substituído estava a desenvolver.
4. O direito a que se refere o n.º 1 da presente Cláusula não preclude nenhum dos deveres previstos no Caderno de Encargos para o Cocontratante.

Cláusula 10.ª

Faseamento da prestação do serviço e entregáveis

O Cocontratante obriga-se a executar o contrato, de acordo com o seguinte faseamento de entregáveis:

- a) Relatório Inicial - até 1 (um) mês após a realização da reunião de arranque;
- b) Relatório Intermédio – até 2 (dois) meses após a aceitação do Relatório Inicial, mencionado na alínea anterior;
- c) Relatório Final Preliminar – até 3 (três) meses após a aceitação do Relatório Intermédio, mencionado na alínea anterior;
- d) Relatório Final – até 1 (um) mês após a aceitação do Relatório Final Preliminar mencionado, na alínea anterior.

Cláusula 11.ª

Análise e aceitação dos entregáveis

1. No prazo de 15 (quinze) dias a contar da entrega de cada um dos relatórios mencionados na Cláusula anterior, a Agência, I.P./ AG PAT 2030 procede à respetiva análise, com vista a verificar

se os mesmos cumprem as especificações definidas na Parte II do caderno de encargos e na Proposta adjudicada.

2. Para efeitos da análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar à Agência, I.P./ AG PAT 2030, de forma ativa, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. Até ao termo do prazo previsto na presente Cláusula, a Agência, I.P./ AG PAT 2030 comunica ao Cocontratante a aceitação do Relatório ou a existência de quaisquer desconformidades e/ou incompletudes do Relatório podendo, em casos de maior complexidade, informar, no mesmo prazo, da prorrogação do prazo de análise por parte da Agência, I.P./ AG PAT 2030, por período não superior a 5 (cinco) dias.
4. No caso de a Agência, I.P./ AG PAT 2030 não se pronunciar no prazo máximo referido no número anterior, o Relatório considera-se aceite.
5. Sempre que, no prazo mencionado no n.º 1 ou no n.º 3, a Agência, I.P./ AG PAT 2030 comunique desconformidades e/ou incompletudes no Relatório em análise, o Cocontratante dispõe do prazo máximo de 10 (dez) dias para proceder às alterações necessárias, devendo, aquando da comunicação, a Agência, I.P./ AG PAT 2030 definir o prazo para execução das alterações de forma proporcional ao que se revelar necessário.
6. No prazo de 5 (cinco) dias após a receção do Relatório alterado, a Agência, I.P./ AG PAT 2030 comunica a aceitação do mesmo ou, caso entenda não se encontrarem reunidos os pressupostos para o efeito, promove a realização de uma reunião conjunta urgente para discussão e encerramento das questões que considere impedirem a aceitação do Relatório, de forma a que o Relatório possa ser aceite nos 15 (quinze) dias seguintes com as alterações necessárias.

Cláusula 12.ª

Transferência da propriedade e direitos de propriedade intelectual

1. Com a aceitação a que se refere a cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Os produtos que resultem da execução do objeto do contrato serão considerados como obra de encomenda, nos termos do disposto do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, pertencendo à Agência, I.P./ AG PAT 2030 a titularidade dos mesmos, bem como a propriedade dos respetivos suportes.
3. A Agência, I.P./ AG PAT 2030 poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número anterior.

4. O Cocontratante não pode divulgar nem utilizar a favor de outras entidades, os documentos elaborados ao abrigo do contrato a celebrar, salvo autorização expressa escrita pela Agência, I.P./ AG PAT 2030.
5. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer obras e materiais desenvolvidos, criados, modificados ou personalizados pelo Cocontratante para a Agência, I.P./ AG PAT 2030 ou pela Agência, I.P./ AG PAT 2030 ao abrigo do Contrato, incluindo nomeadamente escritos, relatórios, esquemas, desenhos, imagens, fotografias, especificações, parametrizações, dados em formato eletrónico e tabulações, inquéritos e questionários, invenções, inovações técnicas, *know-how*, processos, técnicas, métodos de investigação, documentos ou quaisquer outras criações, de qualquer natureza ou meio, (em conjunto “obras”) pertence à Agência, I.P./ AG PAT 2030, ao abrigo do regime da obra por encomenda e como tal cabendo exclusivamente a este todos os direitos de propriedade intelectual a elas inerentes, considerando-se contrapartida suficiente para tal a remuneração adjudicada.
6. O Cocontratante garante que todos os seus colaboradores afetos à prestação de serviços, independentemente do vínculo jurídico que possuam com o Cocontratante, foram atempadamente informados e aceitaram que os direitos de propriedade intelectual sobre as obras acima indicadas pertencem exclusivamente à Agência, I.P./ AG PAT 2030.
7. O Cocontratante é responsável pela infração de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes, ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes aos bens e aos serviços objeto do Contrato, nomeadamente, projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.
8. O Cocontratante é responsável por qualquer reclamação formulada perante a Agência, I.P./ AG PAT 2030, resultante de violação dos direitos referidos nos números anteriores, adotando a Agência, I.P./ AG PAT 2030 o procedimento que se revele mais adequado para a intervenção plena do Cocontratante na discussão e no esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que, neste âmbito, se coloquem.
9. No caso de a Agência, I.P./ AG PAT 2030 ser demandado por violação de direitos constantes dos números anteriores, o Cocontratante indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 13.^a

Dever de sigilo e confidencialidade

1. No âmbito da prestação de serviços, o cocontratante pode ter acesso a informação confidencial, entendendo-se como tal todas as informações e documentos que lhe sejam fornecidos pela Agência, I.P. / AG PAT 2030, bem como quaisquer elementos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos serviços ou em razão desta, incluindo processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação relacionada, direta ou indiretamente, com a execução de atribuições e competências ou a atividade da entidade adjudicante, bem como quaisquer relatórios, estudos, pareceres, informações, processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação, que sejam elaborados ou produzidos pelo adjudicatário, no âmbito da prestação dos serviços, salvo se forem do conhecimento público ou objeto de publicitação por força de disposição legal.
2. Em caso de dúvida, são tratados como informação confidencial todas as informações, bem como documentos e elementos, a que tenha acesso no âmbito dos serviços prestados, até ao momento, e na precisa medida em que a própria entidade adjudicante os torne públicos.
3. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que venham contratualmente a ser qualificadas como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos, de qualquer natureza, a qualquer das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento da prestação de serviços objeto do Caderno de Encargos.
4. O adjudicatário declara que a prestação dos serviços não é afetada por qualquer conflito de interesses em razão de quaisquer relações que tenha, ou que qualquer membro dos seus órgãos, ou qualquer colaborador com funções de direção, ou qualquer colaborador diretamente envolvido na prestação dos serviços, tenha, com qualquer outra entidade.
5. O cocontratante obriga-se a:
 - a) Usar de um grau elevado de rigor na deteção, avaliação e documentação de situações potencialmente enquadráveis no n.º 1;
 - b) Notificar de imediato a entidade adjudicante em caso de se verificar qualquer situação enquadrável no ponto 4 bem como a facultar-lhe, mediante solicitação, qualquer informação que esta exija para comprovação;
 - c) Observar deveres de sigilo e confidencialidade quanto a informação confidencial da entidade adjudicante, nomeadamente:
 - i. Proteger a informação confidencial de modo adequado, em termos nunca menos diligentes que aqueles que utiliza para proteger a sua própria informação confidencial;

- ii. Na sua organização interna para a prestação dos serviços, limitar a comunicação da informação confidencial aos seus agentes, funcionários ou colaboradores que a devam conhecer, em razão do seu envolvimento naquela prestação;
 - iii. Garantir que os seus agentes, funcionários ou colaboradores, incluindo terceiros sob a sua direta responsabilidade, ou outros afetos à prestação de serviços, independentemente do vínculo contratual, guardem absoluto sigilo e confidencialidade em relação à informação confidencial;
 - iv. Não proceder a qualquer cópia de informação confidencial, na totalidade ou em parte, salvo para utilização no âmbito da prestação dos serviços;
 - v. Não utilizar ou permitir a utilização, em circunstância alguma, dos dados e informações fornecidos pela entidade adjudicante, nem das informações e documentos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos serviços, mesmo que não sejam de considerar informação confidencial, para quaisquer outros fins que não os estritamente necessários para a prestação dos Serviços;
 - vi. Não proceder à transferência ou interconexão com qualquer entidade, de quaisquer dados ou informações fornecidos pela entidade adjudicante, mesmo que não sejam informação confidencial, salvo quando devidamente autorizada por escrito.
6. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e cuja conservação não decorra da obrigação de cumprimento de normas legais imperativas.
7. O dever de sigilo mantém-se em vigor após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
8. O Cocontratante assumirá direta e pessoalmente a responsabilidade por qualquer dano patrimonial ou moral que a Agência, I.P. ou qualquer terceiro venha a sofrer em consequência de ato, ação ou omissão, praticado, dolosa ou negligentemente, por qualquer dos seus colaboradores, independentemente do respetivo vínculo, em violação do dever de sigilo a que estão obrigados.

Cláusula 14.^a

Proteção de dados pessoais

1. O Cocontratante assume a qualidade de Subcontratante no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais objeto do contrato, assumindo a Agência, I.P. a qualidade de entidade responsável pelo tratamento.
2. No âmbito e para todos os efeitos previstos no contrato, entende-se expressamente que o Cocontratante procede ao tratamento de dados pessoais no interesse e para as finalidades determinadas pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (Agência, I.P.), obrigando-se, na qualidade e enquanto Subcontratante, a cumprir todas as instruções, recomendações, autorizações e diretivas transmitidas pela Agência, I.P.
3. O tratamento de dados pessoais pelo Cocontratante deve ser efetuado na estrita observância do Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais que consta do Anexo I do presente caderno de encargos e que dele constitui parte integrante.
4. Sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades previstas no contrato, o Cocontratante será responsável por quaisquer custos ou prejuízos, incluindo o pagamento de coimas, em que a Agência, I.P. venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do Cocontratante e ou dos seus colaboradores, representantes e outras entidades por si subcontratadas, de dados pessoais em violação da presente cláusula, do Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais constante do Anexo I do presente caderno de encargos, do Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD) e da demais legislação aplicável em matéria de dados pessoais.
5. O incumprimento de quaisquer deveres constantes da presente cláusula ou do Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais constante Anexo I do presente caderno de encargos, bem como a verificação da inexistência de garantias de compliance, constitui fundamento de resolução do contrato por incumprimento, sem prejuízo do dever de indemnização ao responsável pelo tratamento a que possa haver lugar, por danos sofridos ou eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 15.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

6. São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

7. Caso a Agência, I.P./ AG PAT 2030 venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato a celebrar, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Cocontratante indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.
8. Qualquer referência nas peças do procedimento a um fabricante, a um processo específico de fabrico, a marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção considera-se acompanhada da menção «ou equivalente», devendo o concorrente demonstrar e comprovar em que medida se considera equivalente.

Cláusula 16.^a

Conflito de interesses

1. Em caso de conflito de interesses, superveniente, durante a execução dos serviços contratados, o Cocontratante deverá informar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, da ocorrência do facto e dos procedimentos que adotará para a resolução do conflito, sujeitos à aprovação do contraente público.
2. O Cocontratante obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a Agência, I.P., ou para os seus direitos e interesses.
3. O Cocontratante obriga-se ainda a suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da Agência, I.P., quando tenham sido criados ou causados por si ou por qualquer dos seus subcontratados.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA, I.P./ AG PAT 2030

Cláusula 17.^a

Preço base e preço contratual

1. O preço base fixado para o presente procedimento, que constitui o encargo máximo a pagar pela execução da prestação de serviços que constitui objeto do contrato a celebrar, é de **80.000,00€ (oitenta mil euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço a pagar pela prestação dos serviços, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, abrange todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente cometida à Agência, I.P., incluindo despesas de

alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. Não há lugar a revisão de preços durante o prazo de vigência do contrato.
4. A fixação do preço base, nos termos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, fundamentou-se no preço de contratos anteriores de prestação do mesmo tipo.

Cláusula 18.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Agência, I.P., pelos serviços efetivamente prestados, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a comunicação da aceitação pela Agência, I.P./ AG PAT 2030, a que se refere a Cláusula 11.ª, referente à “Análise e aceitação dos entregáveis”, nos seguintes termos:
 - a) 20% (vinte por cento) com a aceitação do Relatório Inicial;
 - b) 40% (quarenta por cento) com a aceitação do Relatório Intermédio;
 - c) 40% (quarenta por cento) com a aceitação do Relatório Final.
3. A emissão das faturas pelo Cocontratante deve observar o disposto no artigo 299.º-B do CCP.
4. As faturas têm de conter obrigatoriamente a indicação do número de compromisso, para efeitos de cumprimento da Lei sobre os Compromissos e Pagamentos em Atraso, sob pena de devolução.
5. Em caso de discordância por parte da Agência, I.P./ AG PAT 2030 quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. As faturas podem ser remetidas ou via plataforma FE-AP ou via correio eletrónico institucional, para o seguinte endereço: NGO@adcoesao.pt
7. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição bancária indicada pelo Cocontratante, da qual este deve ser titular.
8. O atraso no pagamento das faturas apresentadas fará a Agência, I.P. incorrer em mora com a correspondente aplicação, do artigo 1.º da Lei nº 3/2010, de 27 de abril, sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, desde o respetivo vencimento até ao integral e efetivo pagamento.

9. O atraso no pagamento de quaisquer faturas regularmente emitidas não autoriza o Cocontratante a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.ª

Caução

1. A celebração do contrato não se encontra sujeita à prestação de caução, nos termos do artigo 88.º, n.º 2, alínea a) do CCP.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Agência, I.P. pode, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10 % do valor dos pagamentos a efetuar.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. Sem prejuízo das competências exercidas pelos demais membros da equipa da Agência, I.P./ AG PAT 2030, a execução do contrato é acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Agência, I.P. e mencionado no contrato a celebrar.
2. O gestor do contrato é o interlocutor do Cocontratante, competindo-lhe proceder à aceitação dos Relatórios, à comunicação das desconformidades e/ou incompletudes, bem como aos demais atos previstos na Cláusula 11.ª, referente à “Análise e aceitação dos entregáveis”, e todos os que se revelem necessários para a execução do contrato, bem como o exercício dos poderes delegados para aplicação de medidas destinadas à correção de desvios na execução do contrato.
3. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 21.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do Cocontratante

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação carecem de autorização prévia da Agência, I.P./ AG PAT 2030 e obedecem ao disposto nos artigos 316.^o e seguintes do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante/adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este deve ceder a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante/contratante público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do artigo 318.^o-A do CCP.

Cláusula 22.^a

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Agência, I.P. pode aplicar ao Cocontratante o pagamento de sanções de natureza pecuniárias, nos seguintes termos:
 - a) Por cada substituição de elementos da equipa em violação do disposto na Cláusula 9.^a, nomeadamente por cada dia de atraso na comunicação da substituição, pode ser aplicada uma sanção no valor de 45,00€ (quarenta e cinco euros);
 - b) Por cada dia de atraso no prazo fixado para entrega dos entregáveis (relatórios) previstos na Cláusula 10.^a, pode ser aplicada uma sanção no valor de 1.000,00€ (mil euros), até ao pontual cumprimento;
 - c) Por cada dia de atraso na realização das alterações solicitadas pela Agência, I.P. nos termos previstos na Cláusula 11.^a, pode ser aplicada uma sanção no valor de 500,00€ (quinhentos euros), até ao pontual cumprimento;
 - d) Pela não elaboração dos entregáveis em conformidade com o definido nas especificações técnicas, nomeadamente no que concerne ao conteúdo, estrutura, formato, língua, informação e publicidade, pode ser aplicada uma sanção no valor de 500,00€ (quinhentos euros), por cada desconformidade;
 - e) No valor de 1.000,00€ (mil euros) pela falta, sem justificação atempada e por motivo ponderoso, do coordenador do estudo, a qualquer reunião agendada para a qual deva estar presente;

- f) No valor de 1% do preço contratual por qualquer outro incumprimento e/ou cumprimento defeituoso de obrigações que não se subsumam nas alíneas anteriores.
2. O valor acumulado sanções a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual.
 3. Nos casos em que seja atingido o limite máximo previsto no número anterior, e a Agência, I.P. decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento).
 4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo, nos termos do artigo 333.º do CCP, a Agência, I.P. pode aplicar uma sanção pecuniária até ao limite indicados no número anterior.
 5. A Agência, I.P. pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, obrigando-se o Cocontratante a emitir os necessários documentos contabilísticos para o efeito.
 6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Agência, I.P. exija uma indemnização pelo dano excedente nos termos das disposições relativas à obrigação de indemnização por mora e incumprimento definitivo previstas na lei.

Cláusula 23.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de

sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
 - h) Declaração de estado de emergência ou de calamidade, em situações de pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde, bem como imposição administrativa de teletrabalho que não impeça a execução do contrato.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

Cláusula 24.ª

Resolução do contrato por parte da Agência, I.P./ AG PAT 2030

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Agência, I.P./ AG PAT 2030 pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Agência, I.P./ AG PAT 2030.

Cláusula 25.ª

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é

exercido por via judicial.

3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27.ª

Comunicações

1. As notificações e comunicações a realizar no âmbito da execução contratual são efetuadas nos termos dos artigos 467.º, 468.º e 469.º do CCP.
2. Todas as comunicações entre a Agência, I.P./ AG PAT 2030 e o Cocontratante devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico, de acordo com as informações que, para o efeito, constarem no contrato.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico efetuada após as 17h00 do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presume-se feita às 10h do dia útil seguinte.

Cláusula 28.ª

Despesas e encargos

1. Todas as despesas e encargos decorrentes ou necessários para a celebração do contrato são da responsabilidade do Cocontratante.
2. O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, em vigor, designadamente sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente aos elementos da sua equipa, na execução dos trabalhos, correndo por sua conta os encargos que daí resultem.

Cláusula 29.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 30.ª

Direito aplicável

1. O contrato é regulado pela lei portuguesa, com expressa renúncia a qualquer outra.
2. O contrato tem natureza administrativa e rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação constante da republicação constante do Anexo III ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua redação atual.

Cláusula 31.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados e a sua contagem rege-se pelo disposto no artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO

1.1 O Regulamento das Disposições Comuns dos Fundos Europeus – Regulamento (UE) n.º 2021/ 1060, de 24 de junho, estabelece, no n.º 1 do artigo 44º que *“O Estado-Membro ou a autoridade de gestão realiza avaliações dos programas no que respeita a um ou mais dos critérios seguintes: a eficácia, a eficiência, a relevância, a coerência e o valor acrescentado da União, com o objetivo de melhorar a qualidade da conceção e execução dos programas. [...]”*. Mais ainda, estabelece, no n.º 5 do mesmo artigo, que *“O Estado-Membro ou a autoridade de gestão elabora um plano de avaliação [...]”*, ao abrigo do qual serão realizadas as avaliações.

1.2 O [Plano de Avaliação do Programa Assistência Técnica 2030](#) (PAT 2030), aprovado pelo Comité de Acompanhamento em 20.nov.2023 e enquadrado pelo Plano Global de Avaliação do Portugal 2030 (PGA PT2030), é elaborado e consensualizado pelas entidades com responsabilidades na coordenação política, técnica e na gestão dos programas do Portugal 2030, e define a estratégia de avaliação do Programa PAT 2030 e as diretrizes para a sua implementação. O PGA PT2030 e o Plano de Avaliação do PAT 2030 respeitam, portanto, o quadro regulamentar em vigor e visam enquadrar e suportar a realização de avaliações de qualidade, com relevância e utilidade na promoção de políticas públicas mais relevantes, eficazes e eficientes, contribuindo para a maior qualidade na prestação de contas da aplicação dos fundos europeus perante a sociedade e para o reforço de uma cultura de avaliação de políticas públicas e de desenho de políticas baseadas em evidência.

1.3 O Programa Assistência Técnica 2030 (PAT 2030) apresenta como objetivos centrais:

- a) melhorar o desempenho das administrações responsáveis pela gestão dos fundos;
- b) contribuir para um ecossistema mais preparado e capacitado para lidar com os novos desafios de competitividade, inclusão, transição energética e ecológica;
- c) assegurar uma boa divulgação e compreensão pelos cidadãos da utilização dos fundos em Portugal.

1.4 Atento o objetivo do PAT 2030 de desenvolvimento da Capacitação institucional necessária a facilitar o processo de definição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, incluindo o contributo para uma melhor eficácia, eficiência e transparência na utilização dos Fundos (“Roteiro para

a Capacitação do ecossistema dos fundos da Política de Coesão para o período 2021-2027”), foi considerado no seu Plano de Avaliação a realização da “Avaliação da Implementação do Plano de Ação do Roteiro para a Capacitação do Ecossistema dos Fundos da Política de Coesão para o período 2021-2027”.

1.5 Esta avaliação justifica-se pela necessidade de aferir, numa fase inicial de implementação, se o Roteiro para a Capacitação se encontra no rumo certo para a concretização dos seus objetivos específicos, ou se serão necessários ajustamentos para assegurar cumprimento desses objetivos, permitindo a incorporação atempada de ajustamentos programáticos e nos processos de implementação do respetivo Plano de Ação.

1.6 Orientada pelo princípio da utilidade, a avaliação tem por principais destinatários:

- a) A Autoridade de Gestão do Programa;
- b) A Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), enquanto órgão de coordenação técnica do Portugal 2030 e responsável pela implementação do Roteiro para a Capacitação;
- c) A Comissão Europeia;
- d) O Comité de Acompanhamento do PAT 2030, enquanto órgão responsável pelo acompanhamento do desempenho do respetivo Programa;
- e) A Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2030, enquanto órgão de coordenação política geral do Portugal 2030, e o membro do Governo responsável pela área temática a que o Programa está subordinado.
- f) Os *stakeholders* do ecossistema dos Fundos Europeus, nomeadamente, autoridades de gestão e organismos intermédios do Portugal 2030, beneficiários e outros atores relevantes.

2. CONTEXTO DO OBJETO DA AVALIAÇÃO

2.1 O [Roteiro para a Capacitação do Ecossistema dos Fundos da Política de Coesão para o período 2021-2027](#), desenvolvido tendo presente os referenciais da Comissão Europeia e da OCDE em matéria de reforço da capacidade administrativa, visa melhorar o desempenho das administrações responsáveis pela gestão de fundos europeus. O processo de elaboração do Roteiro foi iniciado pela AD&C em março de 2021 e lançado publicamente em junho de 2022.

2.2 Assente em três dimensões, pessoas, organizações e instrumentos, o processo de desenho estratégico iniciou-se com o diagnóstico das necessidades, envolvendo uma ampla auscultação dos atores do ecossistema dos Fundos, realizada entre abril e outubro de 2021.

Dimensão Chave	Domínios de vulnerabilidade	Principais insuficiências de capacidade administrativa
 Conção de Políticas e de Instrumentos	1 Definição de políticas públicas e instrumentos de planeamento	1. Dificuldade na apropriação dos princípios e objetivos da Política de Coesão e/ou na sua articulação com os objetivos das políticas públicas nacionais. 2. Debilidades na definição e avaliação de políticas públicas. 3. Indispensabilidade dos processos de planeamento estratégico territorial a montante da programação.
	2 Desenho e operacionalidade dos instrumentos de programação, dos quadros regulamentares e dos avisos de concurso	4. Processos de programação pouco participados e pouco adaptados às especificidades regionais. 5. Complexidade da regulamentação associada à execução dos Fundos. 6. Falta de adequação, clareza e legibilidade dos instrumentos programáticos, regulamentos e avisos. 7. Falta de planeamento e previsibilidade no lançamento de Avisos de Concurso.
 Estruturas de Gestão	3 Adequação e preparação dos recursos humanos afetos às estruturas de gestão, controlo e monitorização.	8. Insuficiente preparação e atualização dos recursos humanos em domínios princípios e procedimentos chave ao exercício das funções e atividades de gestão. 9. Dificuldade em atrair, reter e renovar recursos humanos nas estruturas de gestão, controlo e monitorização. 10. Desadequação das práticas (métodos ou prazos).
	4 Práticas de gestão estratégica e avaliação dos instrumentos de programação	11. Cultura organizacional dos Fundos. 12. Deficit na adoção do princípio de orientação para resultados. 13. Insuficiente dotação de recursos humanos para o exercício das competências.
	5 Procedimentos de gestão, certificação, pagamento, auditoria e controlo	14. Complexidade e exigência dos procedimentos 15. Falta de uniformização nos conceitos e procedimentos 16. Prazos de análise excessivamente longos
 Beneficiários	6 Capacidade dos beneficiários para prosseguirem uma ação eficiente e eficaz orientada para os resultados	17. Lacunas no conhecimento das regras e procedimentos. 18. Competências desajustadas às exigências da aplicação dos Fundos.
	7 Encargos administrativos dos beneficiários	19. Procedimentos administrativos pesados, exigentes e pouco flexíveis 20. Complexidade do processo de contratação pública
 Sistemas de Apoio	8 Sistema de governação (articulação funcional entre atores do ecossistema)	21. Problemas de acompanhamento dos beneficiários 22. Problemas de articulação entre as AG e os OI 23. Problemas de governança multinível e multiactor
	9 Sistema de informação (agilidade e eficácia)	24. Sistema de informação com pouca robusteza, agilidade e visibilidade. 25. Falta de interoperabilidade dos sistemas de informação e existência de redundâncias. 26. Desadequação do Balcão Único para as necessidades dos beneficiários. 27. Problemas na operacionalização e manutenção do sistema de informação
	10 Informação (estratégia e ação)	28. Eficácia da comunicação 29. Dificuldades de operacionalização das ações de comunicação

2.3 Com base no diagnóstico realizado, o quadro estratégico de capacitação foi organizado em 4 eixos estratégicos visando quatro grandes objetivos, os quais se desdobram em 10 objetivos específicos, considerados decisivos para superar as fragilidades de capacidade de gestão e execução dos fundos (ver figura abaixo):

- i) Melhorar a capacidade de gestão estratégica;
- ii) Melhorar a capacidade de gestão operacional;
- iii) Aumentar a capacidade de atuação dos beneficiários;
- iv) Criar condições de suporte para uma execução eficaz, impactante e reconhecida.

Eixos Estratégicos		Objetivos Específicos	
	Melhorar a capacidade de gestão estratégica	1	Aumentar a adequação e operacionalidade dos instrumentos de programação, dos quadros regulamentares e dos avisos de concurso.
		2	Fortalecer as práticas de gestão estratégica e de avaliação.
		3	Crear condições favoráveis para aumentar a governança multinível e multiactor.
	Melhorar a capacidade de gestão operacional	4	Adequar e preparar os recursos humanos afetos às estruturas de gestão, controlo e monitorização.
		5	Aumentar a eficácia e fiabilidade dos procedimentos de gestão, certificação, pagamento, auditoria e controlo.
	Aumentar a capacidade de atuação dos beneficiários	6	Aumentar a capacidade e preparação dos beneficiários para prosseguirem uma ação eficiente, eficaz e orientada para os resultados.
		7	Simplificar os procedimentos e aumentar a preparação dos beneficiários para prosseguirem uma ação orientada para os resultados.
	Crear condições de suporte para uma execução eficaz, impactante e reconhecida	8	Aumentar a abrangência e a qualidade dos instrumentos de política pública e de planeamento estratégico sectorial e territorial.
		9	Aumentar os níveis de eficácia e agilidade do sistema de informação de apoio à gestão e execução.
		10	Aumentar os níveis de eficácia das estratégias e ações de comunicação.

2.4 O Plano de Ação encontra-se estruturado em 6 projetos estruturantes, os quais foram organizados em “ações âncora” e “ações complementares”.

Eixo Estratégico	Objetivo Específico	PROJETOS ESTRUTURANTES					
		1 ACADEMIA DE FUNDOS	2 CAPACITAÇÃO PARA A ABORDAGEM TERRITORIAL DO PT 2030	3 CAPACITAÇÃO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE	4 CAPACITAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO RESULTADOS	5 PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA PROCURA	6 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE EXTERNA
Melhorar a capacidade de gestão estratégica	1 Melhorar instrumentos de programação, quadros regulamentares e avisos	●	●	-	-	-	-
	2 Fortalecer as práticas de gestão estratégica e de avaliação	●	-	●	●	-	-
	3 Criar condições favoráveis para a governança multinível e multiactor	●	●	●	-	-	-
Melhorar a capacidade de gestão operacional	4 Preparar os recursos humanos das estruturas de gestão, controlo e monitorização	●	-	-	●	-	●
	5 Aumentar a eficácia e fiabilidade dos procedimentos de gestão, certificação, pagamento, auditoria e controlo	●	●	-	-	●	-
Aumentar a capacidade de atuação dos beneficiários	6 Capacitar os beneficiários para uma ação eficiente e orientada para os resultados	-	●	●	-	●	●
	7 Simplificar procedimentos e capacitar os beneficiários para uma ação orientada para os resultados	-	-	-	●	●	●
Crear condições de suporte para uma execução eficaz, impactante e reconhecida	8 Aumentar a qualidade dos instrumentos de política e de planeamento sectorial e territorial	-	●	●	●	-	-
	9 Aumentar a eficácia e agilidade do sistema de informação	●	-	-	-	-	-
	10 Aumentar a eficácia das estratégias e ações de comunicação	-	●	●	●	●	●

● Elevada
● Média
● Baixa

2.5 Descreve-se de seguida de forma muito sumária cada um dos projetos estruturantes, encontrando-se mais detalhe no ponto 9 do Roteiro para a Capacitação (“Plano de Ação de Capacitação”, Página 91).

<p>01</p> <p> ACADEMIA DOS FUNDOS</p>		<p>02</p> <p>CAPACITAÇÃO PARA A ABORDAGEM TERRITORIAL DO PT2030</p>		<p>03</p> <p>CAPACITAÇÃO PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE</p>	
Descrição	Capacitação para as funções dos atores e organizações do ecossistema dos Fundos em domínios transversais	Descrição	Capacitação dos subsistemas institucionais envolvidos na abordagem territorial do PT2030	Descrição	Capacitação coletiva das pessoas e organizações envolvidas na dinamização de plataformas agregadores de conhecimento e competências
Ações Âncora	<ul style="list-style-type: none"> Planos plurianuais 	Ações Âncora	<ul style="list-style-type: none"> Plataformas colaborativas entre atores 	Ações Âncora	<ul style="list-style-type: none"> Plataforma colaborativa de agregação conhecimento
Ações Complementares	<ul style="list-style-type: none"> Summer school de políticas públicas Ações de cariz técnico Encontros Anuais Estudos e documentação técnica 	Ações Complementares	<ul style="list-style-type: none"> Formação em instrumentos e projetos territoriais Cursos de pós-graduação Encontros anuais Estudos e documentação técnica 	Ações Complementares	<ul style="list-style-type: none"> Ações de capacitação específica Evento anual Summer school para a especialização inteligente
Destinatários	<ul style="list-style-type: none"> AD&C AG e OI Entidades responsáveis por políticas públicas cofinanciadas Gabinetes governativos 	Destinatários	<ul style="list-style-type: none"> CCDR Áreas Metropolitanas Comunidades Intermunicipais Câmaras municipais Consórcios locais ISFL de desenvolvimento social 	Destinatários	<ul style="list-style-type: none"> Empresas Associações setoriais CCDR Entidades responsáveis por políticas públicas cofinanciadas
<p>04</p> <p>CAPACITAÇÃO PARA A AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS</p>		<p>05</p> <p>PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA PROCURA</p>		<p>06</p> <p>PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE EXTERNA</p>	
Descrição	Capacitação dos atores envolvidos nos estudos de avaliação dos Fundos ou das políticas promovidas pelos Fundos	Descrição	Capacitação dos beneficiários, estreitando os canais de interação entre estruturas de gestão e destinatários	Descrição	Capacitação dos técnicos responsáveis pela comunicação dos Fundos, utilizadores da informação - inclui políticos, jornalistas e público em geral
Ações Âncora	<ul style="list-style-type: none"> Mestrados e doutoramentos 	Ações Âncora	<ul style="list-style-type: none"> Rede da Qualificação da Procura 	Ações Âncora	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de comunicação
Ações Complementares	<ul style="list-style-type: none"> Ações específicas de cariz técnico Construção de indicadores Summer school em avaliação Estudos e documentação técnica 	Ações Complementares	<ul style="list-style-type: none"> Fóruns Participa Ações específicas de cariz técnico Encontro anual de beneficiários Estudos e documentação técnica 	Ações Complementares	<ul style="list-style-type: none"> Semana dos Fundos Europeus Ações para a comunicação social Capacitação contínua em comunicação Dicionário dos Fundos Workshops para atores políticos
Destinatários	<ul style="list-style-type: none"> CCDR AG e OI Responsáveis pela política pública cofinanciada Órgãos governativos Avaliadores e peritos 	Destinatários	<ul style="list-style-type: none"> Beneficiários dos Fundos Consultores especializados AG Peritos externos 	Destinatários	<ul style="list-style-type: none"> AG e OI Entidades responsáveis pela política pública cofinanciada Órgãos governativos Autoridades locais e regionais Comunicação social

2.6 Conforme explicitado no Roteiro para a Capacitação, cada um dos projetos estruturantes deve ser objeto de planeamento plurianual pelas entidades que os lideram, em articulação com os seus parceiros, e regularmente ajustados em resultado da monitorização das necessidades de capacitação.

2.7 Conforme instituído no artigo 31.º do Modelo de Governação do Portugal 2030, a AD&C é o órgão responsável por assegurar as funções de coordenação global de implementação do Roteiro para a Capacitação, em articulação com as restantes entidades do modelo de governação. O financiamento das ações que operacionalizam os projetos estruturantes deve ser assegurado pelo Programa de

Assistência Técnica 2030 (PAT 2030), no que diz respeito a atividades transversais relevantes para o conjunto dos programas do Portugal 2030, e pela Assistência Técnica dos programas Regionais e Temáticos, quando estiver em causa ações e atividades de capacitação de relevância para o respetivo programa.

2.8 A coordenação global de implementação do Roteiro é da responsabilidade do Núcleo de Políticas e Regulamentos Europeus da Unidade Estratégia, Programação e Avaliação da AD&C. Cada projeto estruturante tem um gestor de projeto responsável pela concretização das ações âncora e complementares.

Projeto Estruturante	Unidade/ Gestor de Projeto	
1. Academia dos Fundos	AD&C Núcleo de Gestão de Pessoas	Carla Rocha
2. Capacitação para a operacionalização da abordagem territorial no PT2030	AD&C Unidade de Política Regional	Nuno Romão
3. Capacitação para a operacionalização da especialização inteligente	Agência Nacional para a Inovação	José Antão
4. Capacitação para a avaliação e orientação para resultados	AD&C Unidade de Estratégia, Políticas e Avaliação	Francisco Vala
5. Programa de qualificação da procura	AD&C Unidade de Simplificação e Interligação	Joana do Ó
6. Programa de comunicação e visibilidade externa	AD&C Núcleo de Comunicação Externa	Cláudia Costa

2.9 O Programa de Assistência Técnica 2030 (PAT 2030) assume como prioridade o desenvolvimento da capacitação institucional necessária para facilitar o processo de definição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, e para promover uma melhor eficácia, eficiência e transparência na utilização dos Fundos. Desta forma, a programação do PAT 2030 foi organizada tendo uma tipologia de ação dedicada a “Capacitação do ecossistema dos fundos, incluindo das organizações responsáveis pela definição e avaliação das políticas públicas e da capacidade de atuação dos beneficiários”. Em concomitância assume-se que o PAT 2030 participará na execução do Roteiro e do respetivo Plano de ação, o qual é coordenado pela AD&C.

2.10 No Comité de Acompanhamento no PAT 2030 são apresentados pontos de situação da implementação do Roteiro, sendo igualmente objeto de discussão alargada no Encontro anual com a COM e na Rede de Coordenação.

2.11 Até 31 de dezembro de 2024, o PAT 2030 já publicou AAC e aprovou operações que promovem a implementação do Roteiro, ascendendo a um apoio FEDER de 9.975.646,34 €, conforme quadro abaixo:

AAC	Roteiro	Operações aprovadas
PAT2030-2023-06 - Dinamização e realização de cursos de especialização de média duração (summer/ winter schools) em áreas prioritárias do Portugal 2030 edição 2024	PE 1, 2, 3, 4 (todas as summer/ winter schools)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão de programas e sistema de fundos para a inovação e especialização inteligente (UCoimbra) ✓ Curso de Especialização em Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas (UNL) ✓ Curso de Especialização Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas (Winter School) (FE-UPorto) ✓ Curso de Especialização Gestão da Inovação e Especialização Inteligente (Winter School) (FE-UPorto).
PAT2030-2023-08 - Academia dos Fundos e Redes de Articulação Funcional	PE 1, 2, 4, 5, 6 (todas as Redes, estudos e doc. técnica, ações de capacitação/ formação específicas, cursos de pós-graduação)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Academia dos Fundos e Redes de Articulação Funcional (AD&C)
PAT2030-2023-12 - Ações de capacitação sobre avaliação do risco e combate à fraude nos fundos europeus	PE 1	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prevenção e combate à fraude e corrupção no âmbito dos Fundos Europeus – 2024 (IGF)
PAT2030-2023-13 - Informação e Comunicação do Portugal 2030	PE 5, 6	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Informação e Comunicação do Portugal 2030 (AD&C)
PAT2030-2024-14 - Estudos e Avaliações do Plano Global de Avaliação do Portugal 2030: coordenadas pela AD&C	PE 4	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliações do PGA do PT_2030 e estudos coordenados pela AD&C (AD&C)
PAT2030-2024-17 - Capacitação para a operacionalização das Estratégias de Especialização Inteligente	PE 3	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Capacitação para a operacionalização e articulação multinível das Estratégias de Especialização Inteligentes (EEI) (ANI)
PAT2030-2024-18 - Dinamização e realização de cursos de especialização de média duração (summer/ winter schools) em áreas prioritárias do Portugal 2030 edição 2025	PE 1, 2, 3, 4 (todas as summer/ winter schools)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Curso de Especialização em Planeamento Estratégico Territorial e Prospetiva (FEFAL) ✓ Summer School Projetos de Grande Dimensão, Auxílios de Estado, Requisitos Ambientais, Taxonomia e princípio DNSH (UNL) ✓ Summer School Políticas Públicas (UNL) ✓ Summer School em Avaliação de Políticas Públicas e Gestão de Dados com Stata (UNL) ✓ Avaliação baseada da Teoria da Mudança: estratégia e métodos de operacionalização (ISCTE) ✓ Qualidade e Inovação nas Políticas Regionais de Educação Profissional (ISCTE).

2.12 Tendo sido lançado o Roteiro em junho de 2022, e aprovados os programas do Portugal 2030 em dezembro de 2022, a implementação do Plano de ação ainda se encontrava na sua fase inicial em 2023, tendo o ano de 2024 representado um forte impulso na sua implementação.

2.13 Em 2024 a Comissão Europeia promoveu a realização de estudo sobre “Roteiros para a Capacitação – desenho e implementação”, tendo por base os Roteiros desenvolvidos e em implementação em 15 Estados-membros. O Relatório Final encontra-se previsto para publicação em junho de 2025, o que justificou o adiamento da realização da presente avaliação, por forma a ser possível incorporar e refletir sobre as principais conclusões e recomendações do estudo europeu.

2.14 Realizando-se em 2025 a revisão intercalar dos Programas do período 2021-2027, e em linha com o previsto aquando da elaboração do Roteiro, considera-se de toda a relevância promover uma avaliação centrada na atualização da relevância do Plano de Ação e da sua capacidade para dar resposta às necessidades diagnosticadas de capacitação dos atores do ecossistema dos Fundos (insuficiências de capacidade administrativa), na eficiência operativa (modelo de governação, sistema de monitorização), na eficácia (primeiras realizações e resultados) e na notoriedade que o Roteiro e seu Plano de Ação tem nos atores do ecossistema dos Fundos.

2.15 De seguida explicitam-se as principais realizações do plano de ação do Roteiro para a Capacitação verificadas até 31.dez.2024¹:

TIPOLOGIAS DE AÇÃO	 ACADEMIA DOS FUNDOS	02 ABORDAGEM TERRITORIAL DO PT2030	03 OPERACIONALIZAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE	04 AValiação E ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS	05 PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA PROCURA	06 COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE EXTERNA
Planeamento	Plano de atividades da Academia 24/25	-	-	-	-	Plano Global de Comunicação PT2030
Plataformas colaborativas	Plataforma -Academia Fundos -	Plataforma - RDR 2030 -	Revisto para 2025	-	-	-
Ações de capacitação	46 ações (16)	(8)	Revisto para 2025	(4)	(2) + A definir no âmbito da RCQP	(16)
Formação superior	-	-	-	2 Bolseiros	-	-
Encontros / ações de divulgação	13 encontros	1 encontro	2 encontros	4 encontros	Balcão de Apoio aos Beneficiários "Mostra dos Fundos"	19, incluindo "Mostra dos Fundos"
Estudos / manuais / outros documentos	Pacote doc. técnica p/ Plataforma	4 estudos / pareceres	1 relatório de avaliação das EEI	7 Estudos	A definir no âmbito da RCQP	Formato do Dicionário (em definição)
Summer/winter schools	1 curso aprovado (edição 2025)	2 cursos aprovados (edição 2025)	2 cursos aprovados (2024)	1 curso realizado, 1 curso aprovado (2024) + 3 cursos aprovados (edição 2025)	-	-
Fóruns de articulação	1 reunião GT da Academia Fundos	6 reuniões RDR PT2030	3 reuniões CT ENEI 2030	9 reuniões RMA PT2030	1 reunião RCQP	9 reuniões RC PT2030

¹ Informação será atualizada no início da avaliação.

3. OBJETIVOS E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO

3.1 O procedimento de aquisição de serviços tem por objeto a realização da avaliação de Implementação do Roteiro para a Capacitação do Ecossistema dos Fundos da Política de Coesão para o período 2021-2027 (lançado em junho de 2022). Este processo avaliativo visa contribuir para a tomada de decisão sobre eventuais ajustamentos na programação e modelo de governação do Roteiro para a Capacitação e respetivo Plano de Ação, devendo estar alinhado com a revisão intercalar dos programas, tal como previsto pelo Regulamento das Disposições Comuns.

3.2 Tendo o Plano de ação iniciado a sua ampla implementação em 2024 (os programas do Portugal 2030 foram aprovados em dezembro de 2022), é relevante perceber se este se encontra no rumo certo para a concretização dos objetivos específicos do Roteiro para a Capacitação, ou se será necessário introduzir ajustamentos para assegurar o cumprimento desses objetivos e/ou a resposta a novas necessidades de capacidade administrativa, permitindo a incorporação atempada de melhorias quer ao nível do seu conteúdo programático, quer do sistema de gestão e processos em curso na implementação do Plano de ação.

3.3 A avaliação tem, assim, como objetivo global analisar em que medida a implementação do Plano de Ação do Roteiro para a Capacitação está a decorrer de acordo com o programado e, considerando o ritmo de implementação e execução registados, se está contribuir para a maximização dos resultados esperados, identificando eventuais dificuldades encontradas na operacionalização dos diversos projetos estruturantes e/ou antecipando potenciais desvios na concretização desses objetivos. Mais concretamente, a avaliação tem como objetivos específicos:

- a) Avaliar até que ponto o Plano de Ação está a dar resposta às necessidades que visa atender, tendo em conta eventuais alterações do contexto onde opera;
- b) Avaliar a adequação do modelo de governação do Roteiro para a Capacitação para garantir adequados níveis de eficácia e eficiência da sua implementação;
- c) Avaliar, a partir do ritmo de execução dos projetos estruturantes, se o Plano de Ação se encontra no caminho certo para a concretização dos objetivos específicos;
- d) Avaliar necessidades de ajustamento na sua estrutura e ações decorrentes de novas ou reforçadas necessidades de capacitação;

- e) Propor, em função da análise das diferentes dimensões acima referidas, os ajustamentos necessários à melhoria das condições de eficácia e eficiência da implementação do Plano de Ação.

3.4 A avaliação incide sobre todos os projetos estruturantes do Plano de ação e tem como horizonte temporal o período desde o seu lançamento (junho de 2022) até 30 de junho de 2025.

3.5 A avaliação centra-se nas dimensões de relevância, eficiência operativa, eficácia e notoriedade do Roteiro para a Capacitação.

3.6 O exercício de avaliação deverá envolver, para além do PAT 2030, a equipa responsável pela coordenação e monitorização do Roteiro (AD&C/UEPA-NPRE), os gestores dos projetos estruturantes e as entidades parceiras na (co)organização das ações de capacitação (quando aplicável), e os respetivos grupos alvo.

3.7 Constituem grupos alvo do Roteiro para a Capacitação:

- a) AD&C;
- b) Autoridades de Gestão do Portugal 2030;
- c) Organismos intermédios do Portugal 2030;
- d) Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional;
- e) Entidades responsáveis pela definição de políticas públicas (e.g. FCT, ANI, etc.);
- f) Outras entidades públicas ou privadas com envolvimento operativo no recurso aos fundos, incluindo parceiros sociais e organizações da sociedade civil;
- g) Deputados da Assembleia da República e Gabinetes governativos;
- h) Empresas e associações setoriais;
- i) Consultores especializados;
- j) Avaliadores;
- k) Beneficiários dos fundos;
- l) Comunicação social;
- m) População em geral.

3.7 Os resultados da avaliação terão como fim:

- a) Informar eventuais revisões do Plano de ação do Roteiro para a Capacitação, em alinhamento com a revisão dos programas do Portugal 2030;
- b) Contribuir para a tomada de decisão sobre eventuais ajustamentos na programação e no modelo de governação instituído.

3.8 Os resultados da avaliação serão públicos e amplamente debatidos junto dos atores do ecossistema dos Fundos e membros do Comité de Acompanhamento do Programa PAT 2030., devendo o cocontratante proceder à realização de uma sessão pública para discussão dos resultados.

4. CRITÉRIOS E QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

4.1 O Roteiro para a Capacitação do Ecossistema dos Fundos da Política de Coesão para o período 2021-2027 integra 6 projetos estruturantes cuja abordagem operacional contempla ações âncora e ações complementares.

4.2 A avaliação de implementação do Roteiro para a Capacitação tem por objeto apoiar a AD&C, entidade responsável pela coordenação global da sua implementação, na tomada de decisão sobre a introdução de ajustamentos, sejam ao nível do modelo de governação, sejam ao nível programático e processual da sua implementação, visando a concretização dos seus objetivos específicos e metas de realização e resultado.

4.3 Desta forma, o exercício de avaliação realizando-se ao longo de 2025 , terá como objeto o Plano de Ação , quer ao nível das realizações, quer dos resultados já alcançados. Por forma a que seja útil à AD&C e ao ecossistema dos Fundos, a avaliação deverá centrar-se, nesta fase, essencialmente em questões de eficiência operativa e eficácia, mas não deixando de refletir sobre as dimensões de relevância, coerência e notoriedade.

4.4 Tendo por base o exposto anteriormente, identificam-se de seguida os critérios e questões de avaliação a ter presente no estudo de avaliação da implementação do Roteiro para a Capacitação. No decorrer do estudo e da interação entre o grupo de acompanhamento e o cocontratante, algumas das subquestões de avaliação poderão ser afinadas e aprofundadas face aos dados e análises realizadas.

Critérios e Questões de Avaliação (QA)	Sub QA	Metodologia Indicativa	Âmbito de análise
Relevância			
QA1. Em que medida o quadro estratégico do Roteiro se mantém relevante na resposta às necessidades diagnosticadas (insuficiências de capacidade administrativa) dos seus destinatários alvo?	1.1. Concluir sobre a adequação e proporcionalidade da resposta dada pelo Roteiro/ Plano de Ação às principais necessidades dos destinatários alvo, identificando eventuais necessidades de ajustamento ou maior concentração em algumas áreas e/ou necessidades de intervenção em áreas não cobertas.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise de dados (dados de contexto p.e. dados do Sistema Estatístico Nacional, estudos nacionais e europeus no âmbito da capacitação administrativa, etc.). – Análise documental (arquitetura estratégica e operacional do Roteiro/ Plano de Ação). – Inquérito/ focus group/ entrevistas a promotores, parceiros e destinatários alvo. 	Roteiro
	1.2. Identificar eventuais alterações de contexto, dinâmicas de evolução dos problemas e necessidades diagnosticados, ocorridos ou perspectivados, ou de informação nova sobre o contexto, que justifiquem a necessidade de alterações dos objetivos e/ou modo de intervenção do Roteiro e/ou a reafecção de recursos.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental (estudos recentes, novos diagnósticos sobre problemas, e demonstradores de alteração do contexto em que foi desenhado o Roteiro); – Análise de dados (novos dados de contexto p.e. dados estatísticos do Sistema Estatístico Nacional, ...) – Inquérito/ focus group/ entrevistas a promotores, parceiros e destinatários alvo. 	Roteiro
Coerência			
QA2. Existem complementaridades e/ou sinergias e/ou sobreposições entre as intervenções do Roteiro e outras intervenções realizadas pelas AG/ OI do PT 2030 a atuar sobre o mesmo constrangimento	<p>2.1. Concluir sobre o:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Grau de complementaridade – medida em que as intervenções do Roteiro e as desenvolvidas pelas AG do PT 2030 cobrem, conjugadamente, os constrangimentos e/ou objetivos a que visam dar resposta. ✓ Grau de sinergia – medida em que a implementação das diferentes intervenções é articulada e, em conjunto, geram benefícios superiores aos que se observariam na ausência dessa articulação. 	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental (arquitetura do Roteiro e previsto em termos de Capacitação nas AG PT 2030). – Focus group/ entrevistas a AD&C, AG, promotores e parceiros. 	Roteiro
Eficiência operativa			
QA3. O modelo de governação é adequado para garantir a eficácia e eficiência da implementação do Roteiro/ Plano de Ação?	3.1. Concluir sobre a adequação do modelo de governação instituído para a implementação do Roteiro/ Plano de Ação. Identificar se existem dificuldades de implementação que possam ser atribuídas a insuficiências de capacidade de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental e de dados (orgânica e modelo de acompanhamento instituído pela AD&C). – Análise de dados (relatórios de acompanhamento, indicadores de performance da atividade da equipa responsável pela implementação do Roteiro/ Plano de Ação). – Entrevistas AD&C, promotores e parceiros. 	AD&C

Crítérios e Questões de Avaliação (QA)	Sub QA	Metodologia Indicativa	Âmbito de análise
	3.2. Concluir sobre a adequação do envolvimento dos <i>stakeholders</i> do ponto de vista do seu perfil e da forma de envolvimento, identificando os ganhos decorrentes desse envolvimento ou os prejuízos da sua ausência.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental (sumários de reuniões de articulação com os <i>stakeholders</i>, outros documentos de acompanhamento). – Entrevista AD&C. – Inquérito/ <i>focus group</i>/ entrevistas a promotores, parceiros e destinatários alvo. 	AD&C Roteiro
QA4. A Governação está a ser capaz de mobilizar a procura desejada (em quantidade e qualidade), assegurando o alinhamento com os objetivos do Roteiro, tendo em conta as características da procura potencial?	4.1. Concluir sobre a adequação da estratégia de promoção e divulgação do Roteiro para induzir a procura desejada.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental (ações e iniciativas de divulgação e comunicação). – Entrevista AD&C. – Inquérito/ <i>focus group</i>/ entrevistas a promotores, parceiros e destinatários alvo 	AD&C Roteiro
	4.2. Concluir sobre a adequação e eficácia do modelo de financiamento adotado para o Roteiro.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental e de dados. – Entrevista AD&C e PAT 2030. – Inquérito/ <i>focus group</i>/ entrevistas a promotores, parceiros e destinatários alvo. 	Roteiro (todos os PE)
	4.3. Concluir sobre a adequação do processo de seleção para garantir a apoio aos projetos com maior potencial de contributo para os objetivos do Roteiro.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental e de dados. – Entrevista AD&C e PAT 2030. – Inquérito/ <i>focus group</i>/ entrevistas a promotores, parceiros e destinatários alvo. 	Roteiro (todos os PE)
QA5. A Governação do Roteiro/ Plano de Ação está a ser capaz de acompanhar os projetos de forma a potenciar a sua boa implementação com vista a alcançar os seus objetivos?	5.1. Concluir sobre a suficiência e eficácia do modelo de acompanhamento dos projetos estruturantes, para a deteção precoce de dificuldades de execução e no apoio para ultrapassar essas dificuldades.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental (relatórios de acompanhamento, sumários das reuniões de acompanhamento, etc.). – Análise de dados (taxas de execução, desvios entre prazos/ investimentos programados e prazos/ investimentos efetivos nos projetos, reprogramações de projetos, ações de acompanhamento). – Entrevista AD&C e PAT 2030. – Inquérito/ <i>focus group</i>/ entrevistas a promotores, parceiros e destinatários alvo. 	Roteiro (todos os PE)
	5.2. Concluir sobre a eficácia dos dispositivos previstos para acompanhamento dos resultados dos projetos estruturantes, assegurando que os objetivos dos projetos estruturantes serão cumpridos e que as insuficiências de capacitação administrativas do ecossistema dos Fundos serão ultrapassadas.		
QA6. O sistema de recolha, análise e tratamento de informação e indicadores do Roteiro/ Plano de Ação permitem dar resposta adequada às necessidades de gestão, monitorização e avaliação do Roteiro?	6.1. Concluir sobre a adequação e suficiência dos indicadores de realização e de resultado contratualizados para acompanhar a execução dos projetos estruturantes.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise de dados (execução de indicadores contratualizados e outros indicadores associados aos projetos aprovados). – Entrevista AD&C, gestores dos projetos estruturantes e PAT 2030. – Inquérito/ <i>focus group</i>/ entrevistas a promotores, parceiros e destinatários alvo. 	Roteiro (todos os PE)
	6.2. Concluir sobre a adequação dos processos de monitorização e avaliação do Roteiro para informar decisões de gestão e de programação.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental (produtos de monitorização e de auscultação dos <i>stakeholders</i>). – Entrevistas AD&C. – <i>Focus group</i>/ entrevistas com os promotores e parceiros dos projetos estruturantes. 	Roteiro (todos os PE)
Eficácia			
QA7. A implementação do Roteiro (ritmo de execução física e financeira dos projetos estruturantes) até ao	7.1. Concluir, atendendo ao ritmo de implementação do Roteiro e dos projetos estruturantes, sobre as perspetivas de atingir as metas de realização e resultado.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise de dados (dados financeiros e físicos do Roteiro – por projeto estruturante (ações âncora e complementares)). – <i>Focus group</i>/ entrevistas com a AD&C, 	Roteiro (todos os PE)

Crítérios e Questões de Avaliação (QA)	Sub QA	Metodologia Indicativa	Âmbito de análise
momento, permite assegurar o cumprimento das metas e dos objetivos específicos definidos?	Explicitar as causas (fatores internos e externos) para perspectivas de desempenho eventualmente diferenciadas, quer para as áreas de intervenção com melhores perspectivas de cumprimento das metas, quer para as áreas de intervenção em que se perspetivam maiores dificuldades, incluindo constrangimentos inesperados na implementação dos projetos.	promotores e parceiros dos projetos estruturantes.	
Notoriedade			
QAB. A estratégia de divulgação/ comunicação do Roteiro/ Plano de Ação está a ser eficaz?	8.1. Concluir sobre a notoriedade do Roteiro e adequação das ações de divulgação/ informação.	<ul style="list-style-type: none"> – Análise documental (relatórios de acompanhamento, resultados das ações de comunicação, indicadores de notoriedade, etc.). – Entrevista AD&C, gestores dos projetos estruturantes. – Inquérito/ focus group/ entrevistas a promotores, parceiros e destinatários alvo. 	Roteiro (todos os PE)

5. METODOLOGIA

5.1 A avaliação a elaborar pelo cocontratante deve implementar uma metodologia que permita a resposta completa e fundamentada às Questões de Avaliação (QA), desenvolvendo o quadro metodológico.

5.2 A metodologia a implementar deve ser sintetizada e descrita na “Matriz de avaliação” e na “Matriz de técnicas de recolha e tratamento de informação”, com o necessário desenvolvimento e aprofundamento face ao desenho e matrizes apresentados pela equipa do cocontratante em sede de Proposta, a concretizar no Relatório Inicial.

5.3 A metodologia a utilizar pelo cocontratante deve combinar diferentes técnicas de recolha de informação e diferentes fontes de informação, bem como as técnicas de tratamento e análise melhor adequadas à informação recolhida, aplicadas de acordo com as respetivas convenções e melhores práticas. A combinação de técnicas e fontes deve assegurar a recolha de informação primária e secundária, de natureza quantitativa e qualitativa, e garantir níveis adequados de triangulação.

5.4 Consideram-se como requisitos essenciais da metodologia a desenvolver pela equipa de avaliação do cocontratante aqueles inscritos na terceira coluna da Tabela 1, sem prejuízo do aprofundamento ou completamento metodológico que a equipa venha a propor.

5.5 O cocontratante poderá propor novas questões ou sub-questões de avaliação, no sentido da melhor concretização dos objetivos da presente avaliação.

6. PRODUTOS E CRONOGRAMA DA AVALIAÇÃO

6.1 Durante o prazo de vigência contratual a que se reporta a Cláusula 5.^a da Parte I do presente caderno de encargos, a execução dos trabalhos e a entrega dos respetivos produtos deve respeitar o seguinte faseamento:

- a) Relatório Inicial - até 1 (um) mês após a realização da reunião de arranque;
- b) Relatório Intermédio – até 2 (dois) meses após a aceitação do Relatório Inicial, mencionado na alínea anterior;
- c) Relatório Final Preliminar – até 3 (três) meses após a aceitação do Relatório Intermédio, mencionado na alínea anterior;
- d) Relatório Final – até 1 (um) mês após a aceitação do Relatório Final Preliminar, mencionado na alínea anterior.

6.2 No âmbito do contrato a celebrar devem ser produzidos e entregues os seguintes documentos:

6.2.1 Um **Relatório Inicial** (a entregar no prazo de até 1 mês após realização da reunião de arranque, que, aprofundando a proposta apresentada, sistematize a metodologia que vai ser mobilizada para:

- a) descrever de forma detalhada a metodologia da avaliação para resposta às questões de avaliação, na qual se identifique inequivocamente os aprofundamentos e/ou ajustamentos ocorridos face à proposta apresentada em sede de concurso, respeitando a mesma;
- b) confirmar e/ou atualizar as técnicas de recolha de informação e as fontes de informação previstas na proposta;
- c) confirmar e/ou atualizar o cronograma das tarefas da avaliação e da afetação de responsabilidades de cada um dos membros da equipa de avaliação;
- d) estabilizar os mecanismos de controlo de qualidade dos produtos e da avaliação.

6.2.2 O Relatório Inicial deverá ter em consideração os elementos adicionais reportados na nota síntese da reunião inicial entre o contraente público e a equipa de avaliação.

6.3 Um **Relatório Intermédio** (a entregar no prazo de até 2 meses após a aceitação do Relatório Inicial), cujo conteúdo deverá incluir, no mínimo:

- a) a síntese de progresso dos trabalhos realizados;
- b) uma primeira resposta às questões de avaliação em função das evidências já recolhidas, sinalizando as insuficiências e passos seguintes da avaliação;
- c) as conclusões preliminares do estudo.

6.4 Um **Relatório Final Preliminar** (até 3 meses após a aceitação do Relatório Intermédio), cujo conteúdo deverá incluir, no mínimo:

- a) as análises finais da informação;
- b) os resultados e as conclusões e recomendações decorrentes da resposta respeitantes às questões de avaliação;
- c) um Resumo, que deverá respeitar a seguinte sequência: Propósito; Objetivos; Metodologia; Conclusões.

6.5 Um **Relatório Final** (até 1 mês após a aceitação do Relatório Final Preliminar), com conteúdo idêntico ao Relatório Final Preliminar, incluindo, no mínimo:

- a) os pontos previstos para o Relatório Final Preliminar, mas ponderando os comentários e observações realizados ao mesmo pelo Grupo de Acompanhamento da avaliação;
- b) um Resumo, que deverá respeitar a seguinte sequência: Propósito; Objetivos; Metodologia; Conclusões (em versão bilingue português/inglês).

6.6 Um **Sumário Executivo** com uma dimensão não superior a **5 páginas**, que deverá respeitar os seguintes requisitos:

- a) ser um documento autónomo do Relatório Final, devendo a sua versão final ser produzida em formato bilingue (português/inglês);
- b) refletir, de forma sintética, as principais temáticas desenvolvidas na avaliação, redigido de forma apelativa à divulgação por um público mais vasto, não se limitando assim a reproduzir o conteúdo dos relatórios;
- c) a estrutura do Sumário Executivo deve incluir: capa [Identificação do concurso (designação da avaliação), da designação do relatório, da AG do PAT 2030/ Agência, I.P., da data (dia, mês e ano) de conclusão do relatório, da entidade cocontratante responsável pela avaliação, da entidade adjudicante, e da fonte de financiamento de acordo com o estipulado no ponto 10 das presentes Especificações Técnicas] e contracapa [com a identificação da composição da equipa de avaliação e respetivas

responsabilidades]; objeto, âmbito e objetivos da avaliação; metodologia prosseguida; principais conclusões de resposta às questões de avaliação; recomendações da avaliação).

6.7 Uma **Síntese Gráfica** para divulgação generalizada, com uma dimensão não superior a 2 páginas, que deverá ser um documento autónomo do Relatório Final. Deverá sintetizar o objetivo da avaliação e as principais conclusões e recomendações, com recurso a uma linguagem não técnica e a elementos gráficos e imagens, de leitura fácil e apelativa, para divulgação dos principais resultados junto do grande público. A estrutura será definida pela equipa de avaliação tendo em conta os destinatários deste produto de comunicação.

6.8 Em todos os Relatórios, a entregar pelo cocontratante, deve observar-se a clareza e concisão dos seus conteúdos, sendo que no Relatório Final, visando uma divulgação alargada, deve ter-se especial atenção na utilização de uma linguagem e apresentação gráfica apelativas e acessíveis a um público alargado.

6.9 A disponibilização dos Relatórios e do Sumário Executivo pelo cocontratante deve ser efetuada em suporte eletrónico, tanto em formato PDF como em versão de processador de texto e, quando aplicável, de folha de cálculo, possibilitando a sua utilização posterior pela entidade adjudicante.

6.10 A Síntese Gráfica pode assumir vários formatos, devendo possibilitar a sua divulgação em *websites*.

6.11 Os produtos apresentados pelo cocontratante devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que o Sumário Executivo, o Resumo e a Síntese Gráfica serão também redigidos em língua inglesa.

6.12 A par dos produtos explicitados em cima, devem igualmente ser entregues todos os subprodutos produzidos no âmbito do desenvolvimento do estudo, nomeadamente bases de dados recebidas das entidades produtoras de dados (originais e bases finais, após o trabalho do avaliador).

ESTRUTURA DO RELATÓRIO FINAL PRELIMINAR E FINAL

CAPA [Identificação do concurso (designação da avaliação), da designação do relatório, da Agência, I.P., da data (dia, mês e ano) de conclusão do relatório, da entidade adjudicatária responsável pela avaliação e da fonte de financiamento de acordo com o estipulado no ponto 10 das presentes Especificações Técnicas].

CONTRACAPA [com a identificação da composição da equipa de avaliação e respetivas responsabilidades].

SIGLAS E ACRÓNIMOS [Lista de siglas e acrónimos]

RESUMO (no máximo meia página) [Síntese dos aspetos principais da avaliação, em versão bilingue português/inglês].

ÍNDICES [Identificação de Índice geral e índice de quadros/figuras/gráficos].

INTRODUÇÃO (no máximo 1 página) [Exposição dos principais objetivos do relatório e da forma como está estruturado o documento].

ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO E DO SEU OBJETO (no máximo 4 páginas) [Apresentação geral do objeto em avaliação, com especial enfoque na sua lógica da intervenção e contexto de atuação, nos atores envolvidos na implementação e nos grupos-alvo visados; delimitação do objeto de avaliação].

ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO (no máximo 1 página) [Delimitação do âmbito da avaliação, apresentação dos seus Objetivos e relação destes com os Critérios e as Questões de Avaliação (QA)].

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO (no máximo 4 páginas) [Síntese da abordagem metodológica prosseguida e a justificação das opções tomadas e das suas limitações, identificando: i) as técnicas de recolha, tratamento e análise de informação/ as fontes de informação acionados, e suas principais características (tipo de documentação e dados utilizados na Análise da informação documental, N.º de *focus groups* realizados e respetivos temas, nº e natureza dos Estudos de caso realizados e entidades mobilizadas, e universos, amostras e nível de representatividade destas dos Inquéritos realizados); ii) a lógica de triangulação de informação empregada. Análise da metodologia salientando as suas limitações.

RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO (no máximo 50 páginas) [Apresentação da síntese conclusiva (caixa com no máximo meia página) e do desenvolvimento da resposta a cada Questões de Avaliação (QA). Para cada QA devem ser apresentados, de forma compreensiva e concisa, e utilizando elementos gráficos e evitando análises descritivas, os resultados da recolha, tratamento e análise de informação utilizados para produzir as evidências necessárias à elaboração da resposta, cobrindo (e sinalizando o grau de cobertura, quando não for completo) os elementos obrigatórios de resposta identificados nas Especificações Técnicas. As limitações da análise e/ou necessidades de desenvolvimento adicional da análise devem ser claramente indicadas e remetidas para as etapas seguintes da avaliação.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO (no máximo 15 páginas) [Quadro de conclusões e de recomendações, identificando os destinatários de cada recomendação e a identificação das ações concretas tendo em vista a sua concretização. As conclusões devem ser numeradas, assim como as recomendações, para melhor indexação entre ambas].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS [Com a lista de referências bibliográficas e eletrónicas].

ANEXO(S) E/OU APÊNDICE(S) [O(s) Anexo(s) e/ou Apêndice(s) deverão constituir volumes à parte do Relatório, incluindo:

- i) listagem de entidades efetivamente auscultadas (identificando também, quando adequado, os interlocutores – cargo/nome – envolvidos) no âmbito das diferentes técnicas;
- ii) listagem da documentação consultada;
- iii) tratamento de informação e dados recolhidos através das técnicas de recolha e tratamento de informação (entrevistas, inquéritos, *focus group*, entre outras) implementadas até ao

- momento de entrega do relatório: tabulações e tratamento estatístico (descritivo) dos inquéritos; tratamento estatístico de outros dados recolhidos, com referência às fontes; sínteses agregadas e estruturadas das entrevistas (tratamento de conteúdos através da identificação e categorização das ideias principais), individuais ou por grupos/tipologias de entrevistas, em função do teor e propósito analítico da informação recolhida; sínteses analíticas dos *focus group* e dos *workshops* (modo de dinamização, síntese da discussão/tratamento e análise desses conteúdos através da identificação e codificação das ideias principais);
- iv) outra informação considerada relevante pela equipa de avaliação].

7. COMPOSIÇÃO DA EQUIPA DE AVALIAÇÃO

7.1 Os requisitos adiante definidos dizem respeito à composição mínima obrigatória da equipa do cocontratante.

7.2 A composição da equipa do cocontratante responsável pela elaboração do estudo tem necessariamente que assegurar, no mínimo os seguintes perfis e número de elementos:

- a) **Perfil A:** 1 (um) Coordenador,
Com experiência de coordenação de pelo menos um estudo (*) sobre políticas públicas/ programas públicos nos últimos 10 anos.
- b) **Perfil B:** 1 (um) Especialista em técnicas de recolha e análise de informação,
Com experiência de aplicação das técnicas de recolha e análise de informação propostas em pelo menos um estudo nos últimos 10 anos.
- c) **Perfil C:** 3 (três) Especialistas temáticos,
Com experiência na realização de pelo menos um estudo (*) sobre temas objeto da presente avaliação nos últimos 10 anos.

(*) Estudos de avaliação ou artigos académicos ou outros estudos e trabalhos de natureza similar.

7.3 A experiência de cada elemento da equipa do cocontratante, referida na definição de cada um dos perfis, deve ser comprovada através do número de estudos realizados que atestem a experiência requerida em cada perfil.

7.4 Os estudos devem ter sido realizados, no máximo, nos últimos 10 anos, e para efeitos de avaliação da proposta serão considerados, no máximo, 5 estudos.

8. MECANISMOS DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

8.1 Para o acompanhamento dos trabalhos do estudo será constituído um Grupo de Acompanhamento (GA), com a seguinte composição:

- a) Representante da AG do PAT 2030, que coordena e:
 - ✓ Realiza pontos de situação periódicos com a equipa de avaliação, incluindo a promoção de reuniões de trabalho, com vista ao acompanhamento da avaliação;
 - ✓ Identifica eventuais desvios entre a proposta de avaliação e a sua implementação, promovendo junto da equipa de avaliação a definição de medidas corretivas.
 - ✓ Aceita os produtos de avaliação.
- b) Representante da AD&C/ UEPA;
- c) Representante de um Programa Regional do PT 2030;
- d) Representante de um Programa Temático do PT 2030;
- e) Representante de Agência pública membro do Comité de Acompanhamento.

8.2 O GA terá como principais funções:

- a) Analisar e emitir parecer sobre os produtos de avaliação, para efeito de controlo de qualidade dos relatórios e da medida em que a avaliação está a corresponder aos requisitos e objetivos estabelecidos;
- b) Apoiar a equipa de avaliação na identificação e/ou facilitação do acesso aos interlocutores relevantes e acesso a dados e informação por estes detida.

9. INFORMAÇÃO DISPONÍVEL

9.1 Para a realização da avaliação serão disponibilizados ou podem ser consultados, entre outros elementos que venham a estar disponíveis ou que a equipa de investigação entenda consultar, os seguintes:

- i) [Estratégia Portugal 2030](#), RCM n.º 98/2020, de 13 de novembro;
- ii) [Acordo de Parceria 2021-2027](#), CCI 2021PT16FFPA001;
- iii) [Roteiro para a Capacitação do Ecosistema dos Fundos da Política da Coesão para o período 2021-2027](#);
- iv) *Website* do [Portugal 2030](#) e do PAT 2030.

10. MEDIDA DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

10.1 No cumprimento das disposições legais europeias e nacionais, todos os produtos a entregar no âmbito do Contrato devem obedecer às regras de informação e publicitação do cofinanciamento dos fundos europeus do Portugal 2030.

10.2 O fundo europeu financiador desta aquisição de serviços é o FEDER.

10.3 O cumprimento da regra de informação e publicitação do cofinanciamento cumpre-se com a colocação em todos os produtos referidos no ponto 6 das presentes Especificações Técnicas e em todas as ações de comunicação e reuniões/ workshops realizados no decorrer do Contrato (apresentações PowerPoint, brochuras, posters, vídeos e outro qualquer produto físico ou digital), da barra de logotipos e de informação do cofinanciamento, conforme apresentada em seguida:

Cofinanciado por:



**Cofinanciado pela
União Europeia**

ANEXO I – ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Considerando que:

- A. O Cocontratante procederá ao tratamento de dados pessoais para a prestação do serviço de acordo com as especificações definidas no contrato;
- B. O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, que aprova o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), impõe um conjunto de obrigações na relação entre Responsáveis pelo Tratamento e Subcontratantes, no que respeita ao tratamento de dados pessoais;
- C. A Agência, I.P., na qualidade Responsável pelo Tratamento, tem a obrigação de celebrar um acordo de subcontratação de tratamento de dados com os seus Subcontratantes, para garantir o cumprimento das regras relativas à recolha e tratamento de dados pessoais, segurança e privacidade de dados, de acordo com o artigo 28.º do RGPD;
- D. Pelo presente Acordo de Subcontratação de Tratamento de Dados Pessoais (Acordo) são estabelecidas as obrigações e deveres das Partes, para garantia de cumprimento do disposto no Considerando anterior.

É reciprocamente aceite o presente Acordo, que se rege pelos Considerandos anteriores, pelas cláusulas seguintes e, no que for omissivo, pela legislação nacional e europeia aplicável em matéria de proteção de dados pessoais:

Cláusula 1.ª

Objeto, finalidade e natureza do tratamento

1. O tratamento dos dados pessoais pelo Cocontratante destina-se exclusivamente à realização de um estudo tendente à “Avaliação intercalar de implementação do Roteiro para a Capacitação do Ecosistema dos Fundos da Política de Coesão para o período 2021-2027”, inserido no contexto dos objetivos estratégicos do PAT 2030, nomeadamente, o desenvolvimento da Capacitação institucional necessária a facilitar o processo de definição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, incluindo o contributo para uma melhor eficácia, eficiência e transparência na utilização dos Fundos (“Roteiro para a Capacitação do ecossistema dos fundos da Política de Coesão para o período 2021-2027”). Complementarmente, insere-se no âmbito da

responsabilidade da Agência, I.P. na coordenação e monitorização das medidas e ações previstas no Roteiro para a Capacitação.

2. O tratamento de dados pessoais decorre do acesso a dados associados a intervenções cofinanciadas pelo Portugal 2030, bem como da recolha e organização dos dados no âmbito das técnicas de recolha de informação identificadas nas especificações técnicas, designadamente através de entrevistas, inquéritos por questionário, *focus groups* e estudos de caso.

Cláusula 2.ª

Tipo de dados pessoais e categorias dos titulares dos dados

1. São objeto de tratamento, para efeitos do contrato, os dados pessoais de beneficiários, de responsáveis de entidades envolvidas no processo de concessão dos apoios, bem como de participantes, de formandos e de destinatários dos apoios financiados por fundos europeus.
2. O tratamento de dados pessoais abrange, designadamente, dados de identificação (nome, número de identificação civil) e dados de contacto (morada, e-mail, telefone).
3. Deve ser assegurada a confidencialidade sobre todos os dados pessoais disponibilizados pela Agência, I.P. ou a que o Subcontratante venha a ter acesso no âmbito da execução do contrato.

Cláusula 3.ª

Duração do Tratamento

O tratamento de dados pessoais pelo Subcontratante será realizado exclusivamente durante o período de vigência do contrato.

Cláusula 4.ª

Obrigações do Responsável pelo Tratamento

Nos termos e para os efeitos do presente Acordo, constituem obrigações da Agência, I.P. enquanto Responsável pelo Tratamento:

- a) Informar o Subcontratante sobre todas as circunstâncias relevantes para a realização dos tratamentos de dados pessoais, atendendo essencialmente à especificidade das finalidades descritas no presente Acordo e a potenciais riscos envolvidos;
- b) Definir, dentro dos limites da lei, os períodos e condições em que se procede à conservação de dados pessoais;
- c) Determinar, dentro dos limites da lei, os períodos e condições em que se procede ao apagamento dos dados pessoais;

- d) Garantir o exercício por partes dos titulares dos dados pessoais dos respectivos direitos, designadamente de informação, de acesso, de retificação, de apagamento e de oposição.

Cláusula 5.ª

Obrigações do Subcontratante

1. A atividade desenvolvida pelo Subcontratante e respetivos colaboradores, independentemente da natureza da relação contratual que com estes possua, encontra-se sujeita ao disposto no RGPD, bem como na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e na demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais.
2. O Subcontratante obriga-se a executar o objeto do contrato de acordo com o princípio do *Privacy by Design* e do *Privacy by Default*, sempre que aplicável.
3. O Subcontratante não pode recorrer à subcontratação do tratamento de dados pessoais no âmbito do presente contrato sem que a Agência, I.P. tenha dado, previamente e por escrito, autorização para esse efeito.
4. Caso o Subcontratante recorra à subcontratação para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da Agência, I.P., o respetivo subcontratante fica sujeito, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União Europeia ou do direito nacional, às mesmas obrigações em matéria de proteção de dados pessoais que as estabelecidas no contrato, em particular à obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de modo a que o tratamento de dados pessoais seja conforme com os requisitos do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, continuando o Cocontratante a ser plenamente responsável, perante a Agência, I.P., pelo cumprimento das obrigações, em matéria de proteção de dados, desse outro subcontratante.
5. O Subcontratante obriga-se, no que respeita ao tratamento dos dados pessoais, ao cumprimento de todos os deveres e obrigações que impendem sobre a Agência, I.P., enquanto entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais objeto do contrato a celebrar, comprometendo-se designadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela Agência, I.P., única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do contrato a celebrar;
 - b) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que

tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pela Agência, I.P., sem que tenha sido por esta expressamente instruído por escrito;

- c) Assegurar que os trabalhadores temporários e os seus colaboradores (incluindo representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o Cocontratante e o referido colaborador) cumprem todas as obrigações previstas no presente Acordo;
- d) Assegurar a confidencialidade dos dados pessoais recolhidos, sem prejuízo do cumprimento de obrigações legais, nomeadamente para com as entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras;
- e) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumem, por escrito, um compromisso de confidencialidade e estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade, nos precisos termos em que o próprio Subcontratante se encontra obrigado a demonstrar o cumprimento dessa obrigação, caso seja solicitado pela Agência, I.P.;
- f) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da Agência, I.P., incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do direito nacional a que está sujeito, informando nesse caso a Agência, I.P. desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
- g) Designar um responsável pela segurança ou um Encarregado de Proteção de Dados e comunicar à Agência, I.P. os respetivos contactos;
- h) Implementar todas as medidas técnicas e organizativas (MTO) para garantir um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, nos termos do artigo 32.º do RGPD, e conforme especificado na cláusula 6.ª do presente Acordo;
- i) Tratar os dados pessoais de forma a garantir a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito, contra a sua perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizados e destruição ou danificação acidental ou ilícita, adotando as medidas técnicas e organizativas necessárias;
- j) Prestar assistência à Agência, I.P., através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra as suas obrigações de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos respetivos direitos previstos no capítulo III do RGPD;

- k) Prestar assistência à Agência, I.P., tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor, no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD;
 - l) Apagar todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e cuja conservação não decorra da obrigação de cumprimento de normas legais imperativas;
 - m) Disponibilizar à Agência, I.P. todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no presente Acordo e no RGPD, bem como a facilitar e a colaborar nas auditorias, incluindo as inspeções, conduzidas pela Agência, I.P. ou por outro auditor por esta mandatado, ou por outras entidades com competência para o efeito;
 - n) Comunicar de imediato à Agência, I.P. qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - o) Notificar a Agência, I.P., no prazo máximo de 24 horas após ter tido conhecimento de qualquer violação de dados pessoais, devendo essa notificação conter, pelo menos, as seguintes informações, sem prejuízo das demais disposições da lei:
 - i) A descrição da natureza da violação de dados pessoais ocorrida, incluindo, as categorias e o número aproximado de titulares de dados em causa, bem como o número aproximado de registos de dados pessoais afetados;
 - ii) A descrição das medidas adotadas e das propostas para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, as medidas adotadas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;
 - iii) A descrição das consequências prováveis da violação de dados pessoais.
 - p) Comunicar de imediato à Agência, I.P., quaisquer reclamações ou questões levantadas pelos titulares dos dados pessoais que se relacionem com o tratamento e/ou com a proteção e segurança dos respetivos dados;
 - q) Colaborar com o Encarregado de Proteção de Dados da Agência, I.P., facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.
6. Se quaisquer dados pessoais se perderem ou forem danificados, no âmbito da execução do contrato a celebrar, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as

medidas necessárias com vista à recuperação dos dados, sem quaisquer custos adicionais para a Agência, I.P.

Clausula 6.ª

Medidas de Segurança e Privacidade

1. Para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 32.º do RGPD, o Subcontratante deve adotar padrões de segurança organizacional e tecnológica, com recurso a práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para efeitos de proteção da confidencialidade, integridade e acesso àquela.
2. No âmbito do presente Acordo e para o respetivo cumprimento o Subcontratante deve adotar as medidas técnicas e organizativas pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso accidental ou ilícito.
3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Subcontratante deve, designadamente, adotar as seguintes medidas de segurança e obrigações de informação e documentação:
 - a) Identificação, divulgação e documentação das funções e obrigações do pessoal com acesso a dados pessoais;
 - b) Manutenção de um registo escrito de todas as atividades de tratamento por conta da AD&C, conforme requisitos RGPD;
 - c) Definição e implementação de um procedimento de identificação e autenticação dos utilizadores;
 - d) Definição e implementação de um procedimento para controlar o acesso aos dados;
 - e) Definição e implementação de um procedimento de registo de incidentes;
 - f) Definição e implementação de um plano de continuidade do serviço;
 - g) Definição e implementação de um procedimento para a destruição ou devolução de dados e documentos, de forma segura e confidencial (tornando impossível recuperá-los mais tarde e certificando a ausência de cópias), quando a relação contratual termine].

Clausula 7.ª

Confidencialidade

1. Para efeitos do presente Acordo, as Partes obrigam-se a não divulgar e/ou publicar qualquer informação a que tenham acesso, no âmbito da execução das suas obrigações.

2. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula, vincula as Partes durante a vigência do presente contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente da causa da sua cessação.
3. A obrigação referida no n.º 1, cessa se a informação for do conhecimento público, exceto se tal acontecer em razão da violação do dever de confidencialidade imposto por esta cláusula.

Clausula 8.ª

Cooperação com a CNPD

A Agência, I.P. e o Cocontratante comprometem-se a cooperar com a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a pedido desta, na prossecução das suas atribuições, enquanto autoridade de controlo competente, nos termos do disposto no RGPD e demais legislação aplicável.